



ESCOLA DE COMANDO E ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Maj Art UBIRAJARA **OLIVEIRA VIEIRA DAS NEVES**

A Ilha de Estabilidade Brasileira no Atlântico Sul



Rio de Janeiro
2019



Maj Art UBIRAJARA **OLIVEIRA VIEIRA DAS NEVES**

A ILHA DE ESTABILIDADE BRASILEIRA NO ATLÂNTICO SUL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como pré-requisito para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Orientador: Ten Cel Inf Marcos Luiz da Silva Del Duca

**Rio de Janeiro
2019**

N518i Neves, Ubirajara Oliveira Vieira das

A Ilha de Estabilidade Brasileira no atlântico Sul.
/Ubirajara Oliveira Vieira das Neves. – 2019.
49 f ; 30 cm.

Orientação: Marcos Luiz da Silva Del Duca.
Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em
Ciências Militares) — Escola de Comando e Estado-Maior do
Exército, Rio de Janeiro, 2019.
Bibliografia: f. 46-49.

1. ATLÂNTICO SUL. 2. PROJEÇÃO DE PODER. 3. LIDERANÇA
I. Título

CDD 355.4

Maj Art UBIRAJARA **OLIVEIRA VIEIRA DAS NEVES**

A Ilha de Estabilidade Brasileira no Atlântico Sul

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Aprovado em 21 de novembro de 2019.

COMISSÃO AVALIADORA

Marcos Luiz da Silva Del Duca - TC Inf - Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Leandro Mendes da Costa - TC Inf – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Rogério Gomes Marques – TC Inf – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Aos meus amados pais, que sempre me orientaram no caminho do amor e retidão.

AGRADECIMENTOS

À minha amada Senhorita Pfeifer, a quem coube ser paciente e amorosa; amiga e companheira de horas difíceis.

Ao meu orientador, TC Del Duca, pelos apontamentos, apreciações, ensinamentos e experiências transmitidos com toda a paciência e profissionalismo do mundo, sem os quais esse trabalho não teria sido exitoso.

À minha querida mãe, Helena, por ter me ensinado a empunhar o primeiro lápis, alfabetizando-me, a despeito de todas as adversidades, construindo em mim o gosto pelo estudo e pela pesquisa.

Ao Coronel Ubirajara, militar dedicado às lides castrenses e à família, sendo inspiração constante para minha carreira, e para a difícil tarefa de ser pai.

Aos meus amados filhos Théo e Victor, por terem transformado minha vida, mostrando-me o quão era vazia minha existência sem vocês.

À Zazá, minha companheirinha de caminhadas pela Urca, sempre disposta a comer, passear e a brincar.

Ao meu Deus querido, criador dos céus e da Terra, pelo dom maravilhoso da vida e pelo perdão incondicional de todas as nossas falhas, unicamente por amor e misericórdia infinitos.

“É muito bom discutir acordos tendo por trás de si uma esquadra com credibilidade.”

Barão do Rio Branco

RESUMO

Este trabalho tem como finalidade analisar os cenários atuais em que existam ou possam existir conflitos, na área sob influência do Brasil, com destaque para as relações existentes entre as ações do governo federal nas questões do Atlântico Sul, com a capacidade de projeção de poder do Brasil no cenário internacional. O Brasil é o líder incontestado da América Latina, devido às expressões econômica, militar e política do poder. Essa liderança é ferramenta de grande valor para a projeção de poder no mundo, devendo ser explorada em toda e qualquer oportunidade que o país tenha para demonstrar seu pendimento à solução de conflitos de forma pacífica, diplomática e democrática. Sob esta ótica, os países do entorno geográfico buscam no Brasil um aliado para alinhamento político e econômico. As instituições democráticas brasileiras e seu povo, naturalmente pacífico e respeitador da pluralidade, encontram-se instigados a buscar novas soluções a possíveis crises que possam surgir na América Latina e demais países em desenvolvimento, como no continente africano. Além das possibilidades de conflitos bélicos, surgiram outras fontes de ameaças, tais como crime organizado, e tráfico internacional de armas e drogas, os quais se intensificaram e ultrapassaram as fronteiras nacionais ao longo das últimas décadas, contribuindo para uma configuração regional em que a baixa propensão aos conflitos interestatais é acompanhada de altos índices de criminalidade, e obrigando as nações a buscar políticas capazes de mitigar tais problemas em escala regional. Desafiadora é a tarefa brasileira de liderar os debates e soluções para as crises e conflitos, principalmente quando regimes totalitários de viés socialista-comunista causam instabilidade psicossocial, política e econômica no seu entorno geográfico. Por fim, a consecução do grande objetivo estratégico de liderar a expansão do Mercado Comum do Sul está calcada na capacidade de dar respostas rápidas e efetivas às crises financeiras e políticas no cenário internacional, bem como de manter voz ativa nas questões de segurança perante os demais organismos internacionais, como Organização dos Estados Americanos, a Organização das Nações Unidas e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.

Palavras-chave: Atlântico Sul; Projeção de Poder; Segurança; Liderança

ABSTRACT

This work is the final analysis of the main events in which there is a possibility of conflicts, in the area under influence of Brazil. It intends regard to the existing relations between the federal government and the South Atlantic, with brazilian power projection at the international scenario. Brazil is the uncontested leader of Latin America, become economic, military and political power. This leadership is a great value tool for the power projection in the world, and should be explored in all the opportunities when Brazil has to demonstrate its vocation of conflicts solution in a peaceful, diplomatic and democratic way. On this point of view, the countries of the geographical environment seek Brazil as a political and economic ally. Brazilian democratic institutions and brazilian people are peaceful and feel instigated to look for new solutions to different problems that may arise in Latin America and other not developing countries, as africans ones. Beyond possibilities of war conflicts, there will be other sources of threats, as organized crime, and international drug and weapons trafficking, which will intensify and extend over national borders over the last decades. This scenario has contributed to a regional configuration in which there are few interstate conflicts, but increased by high crime rates, obligating nations to seek policies capable of mitigating such problems on a regional scale. The showed situation challenges brazilian's leadership of leading the debates and solutions for crises and conflicts, mainly when totalitarian regimes of socialist-communist ideologies cause instability of psychosocial, political and economic in its geographical environment. Finally, a major strategic objective of leading the expansion of "*Mercado Comum do Sul*", based on the ability to provide quick and effective responses to financial crisis and international policies. In fact, Brazil has to ensure that is interested in security, together international organizations, such as the Organization of American States, the United National Organization and the South Atlantic Peace and Cooperation Zone.

Keywords: South Atlantic; Power projection; Safety; Leadership

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Batalha do Riachuelo, por Oscar Pereira da Silva.....	13
Figura 2 – Exército Brasileiro em Operação de GLO	14
Figura 3 – Região do pré-sal atlântico brasileiro	15
Figura 4 – Entorno Estratégico Brasileiro.....	23
Figura 5 – Idiomas na América do Sul.....	26
Figura 6 – As projeções atlântica e terrestre do território brasileiro.....	27
Figura 7 – Porta-aviões USS Abraham Lincoln.....	28
Figura 8 – Países signatários da ZOPACAS.....	29
Figura 9 – Comunidade de Países de Língua Portuguesa.....	29
Figura 10 – O Brasil construiu sólida imagem durante a MINUSTAH.....	36
Figura 11 – Interiorização dos imigrantes venezuelanos no Brasil.....	40

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	O PROBLEMA.....	13
1.2	OBJETIVO.....	16
1.3	HIPÓTESE.....	16
1.4	VARIÁVEIS.....	16
1.5	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	17
1.6	RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	18
2	METODOLOGIA	20
2.1	TIPO DE PESQUISA.....	20
2.2	UNIVERSO E AMOSTRA.....	20
2.3	COLETA DE DADOS.....	21
2.4	TRATAMENTO DOS DADOS.....	21
2.5	LIMITAÇÕES DO MÉTODO.....	22
3	O ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO	23
3.1	A AMÉRICA DO SUL.....	24
3.2	O ATLÂNTICO SUL.....	25
3.3	ADJACÊNCIAS.....	29
4	AÇÕES BRASILEIRAS NA PROJEÇÃO DE PODER	32
4.1	PROJEÇÃO DO PODER NACIONAL BRASILEIRO.....	32
4.2	POLÍTICA BRASILEIRA PARA RELAÇÕES EXTERIORES.....	35
5	ÁREAS DE INSTABILIDADE NO ENTORNO ESTRATÉGICO	38
5.1	QUESTÃO MIGRATÓRIA VENEZUELANA	38
5.1.1	Amparo Legal para Operação Acolhida	40
5.1.2	Composição	41
6	CONCLUSÃO	44
	REFERÊNCIAS	45

1. INTRODUÇÃO

O fim da possibilidade de conflito armado entre os países do Cone Sul foi uma das maiores conquistas da América do Sul nas últimas décadas, após a reaproximação política envolvendo Brasil, Argentina e Chile, na década de 1980 (NERI, 2014, p. 11).

Esse patrimônio regional de pacifismo permitiu que políticas públicas voltadas para o bem-estar social e o desenvolvimento econômico da região sul-americana fossem instituídas. Ao mesmo tempo, passaram a existir outros desafios transnacionais, envolvendo o combate ao tráfico de drogas e armas, os quais geraram desgastes político-sociais e econômicos.

Neste sentido, o combate à violência tornou-se o principal objetivo das lideranças regionais, a exemplo de Brasil, Colômbia e Argentina.

É nesse contexto que o tema envolvendo a segurança na América do Sul é discutido, ampliando ações de cooperação regional e ações multinacionais de combate a ilícitos transfronteiriços.

Por outro lado, Neri também afirma que a violência urbana está presente de forma acentuada no subcontinente: taxas de homicídio mantêm-se elevadas (sobretudo no Brasil e na porção norte da América do Sul), e a criminalidade organizada transnacional parece um problema cuja solução não se vislumbra no curto prazo (2014, p.11).

Para o Brasil, o Atlântico Sul também constitui parte integrante de seu entorno estratégico. A paz no Atlântico Sul é condição essencial para a existência da segurança do Brasil, na mesma medida em que a estabilidade sul-americana é condicionante à paz e ao desenvolvimento brasileiro. Isto se deve ao fato de a maior parte do comércio internacional brasileiro ser marítimo, bem como o Oceano Atlântico abrigar grande parte das reservas de hidrocarbonetos do Brasil.

De acordo com Alexander (1999, p. 51), a constatação de que sobre os mares transporta-se a maior parte do petróleo, produtos têxteis, alimentos e maquinário, enseja que o comércio seja a maior preocupação de todos os países do mundo. Neste cenário, a estabilidade sul-atlântica depende daquilo que ocorre na costa oeste africana, estendendo o *entorno estratégico brasileiro* até a outra margem do Atlântico.

É este um dos motivos pelos quais o Brasil busca contribuir para o desenvolvimento destes países limítrofes, em áreas tão diversas como saúde, educação, agricultura e segurança pública (NERI, 2014, p. 12).

Destarte, o estudo tem como escopo avaliar os diferentes cenários em que possa haver conflitos no entorno estratégico do Brasil.

1.1 O PROBLEMA

A conexão de ameaças territoriais e centralização de estado pode alterar o entendimento de conflito internacional (GIBLER, 2015, p.144).

No séculos XVIII e XIX, o cenário sul-americano assistiu a pelo menos seis grandes conflitos bélicos: Cisplatina, Tríplice Aliança, Chaco, Letícia, Pacífico e Maranhão (MATTOS, 2011, p.258). Na atualidade, as guerras declaradas deixaram de ser uma realidade entre as nações da América do Sul.

Figura 1 – Batalha do Riachuelo, na Guerra da Tríplice Aliança, por Oscar Pereira da Silva



Fonte: wikipedia.org

Acerca dos motivos que ensejam conflitos, é seguro dizer que a maior parte esteve associada a questões territoriais. A existência ou ausência de recursos minerais, a busca por terras férteis, a continentalidade excessiva e a segurança proporcionada por meio de acidentes naturais, são exemplos de razões que levaram às disputas territoriais e ao reordenamento de fronteiras, por meio da força.

Mostra-se oportuno mencionar que Estados que enfrentam poucas ameaças a territórios pátrios, explicam de forma mais inteligível a relação entre paz e regimes democráticos (GIBLER, 2015, p.145).

No que concerne ao cenário nacional, o Brasil possui histórico de pacifismo na solução de conflitos. O uso da força partiu do território brasileiro tão somente em resposta a agressões externas, como no caso da Guerra da Tríplice Aliança e da 2ª Grande Guerra. Apenas na Questão Cisplatina, o Império do Brasil teve a iniciativa de declaração formal de guerra (CALMON, 2002, p.193).

Além do viés diplomático, o governo brasileiro hodiernamente utiliza-se das Forças Armadas para solução de conflitos, sobretudo os de natureza interna. É o que se deflui do amplo histórico de emprego do Exército Brasileiro (EB) em operações voltadas para ações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e subsidiárias, que não envolvem a defesa externa contra inimigo militar.

Figura 2 – Exército Brasileiro em Operação de GLO



Fonte: Exército Brasileiro em www.instagram.com/p/BpposJdB5OI/

Valer-se das Forças Armadas, ademais, está consonante com a expressão militar do poder nacional, que, segundo a Publicação de Introdução à Estratégia da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), tem como objetivo desestimular possíveis ameaças, por meio da força ou da dissuasão (2011, p.10).

Já no cenário internacional, com a ascensão do ex-presidente Lula em 2002, o Brasil passou a desempenhar função ativa, como na liderança da Missão de Paz no

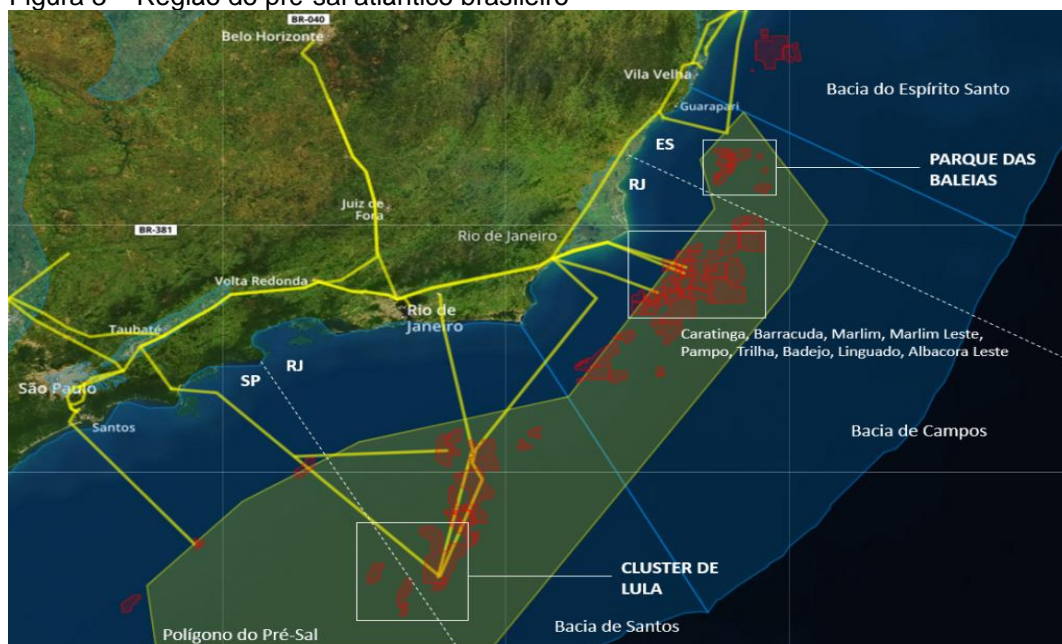
Haiti, em 2004. O viés militar, como propaganda política do Brasil no exterior, inclusive foi estrategicamente explorado visando à reforma do Conselho de Segurança da ONU.

Segundo Barros (1998, p.18), o Ministério das Relações Exteriores (MRE), após a promulgação da Constituição Federal de 1988, passou a definir a Política Externa Brasileira voltada para a consolidação das instituições democráticas, priorizando o diálogo com demais órgãos do Governo, Iniciativa Privada e Organizações Não-Governamentais. Este comportamento baseado em visões de futuro evita soluções circunstanciais e previne desgastes políticos e eventual perda de credibilidade, a qual se deve ao passado de boas relações com os países vizinhos, de acordo com Barros (1998, p.20).

No que se refere ao Atlântico Sul, a área compreendida entre o nordeste brasileiro e a África ocidental, possui grande importância para o comércio internacional. Outrossim, a rota do Cabo da Boa Esperança, que conecta o Atlântico ao Oceano Índico, como alternativa ao Canal de Suez, representa um dos principais instrumentos de ligação do Brasil com o mundo (Brasil, 2014).

Para o Ministério da Defesa, a participação do Brasil na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), faz parte da grande estratégia brasileira, uma vez que suas águas jurisdicionais (cerca de 3,5 milhões de km²) são repletas de riquezas animais e minerais, a exemplo do petróleo da camada do Pré-sal.

Figura 3 – Região do pré-sal atlântico brasileiro



Fonte: EnergyWay

Este cenário multinacional, vastidão territorial, diversidade cultural e linguística, e riqueza mineral e biológica, faz do entorno geopolítico brasileiro ambiente fértil para disputas, antagonismos e conflitos, permitindo sintetizar o problema na seguinte questão: Quais seriam os reflexos decorrentes da atuação brasileira nos conflitos futuros do seu entorno estratégico para a projeção de poder no cenário internacional a longo prazo?

1.2 OBJETIVO

Objetivo Geral

Apresentar as possibilidades de ocorrência de conflitos no entorno estratégico do Brasil, e suas probabilidades de sua atuação.

Objetivos Específicos

- Identificar quais são as possibilidades de conflitos no entorno estratégico brasileiro, na atualidade;
- Identificar quais seriam as prováveis ações do Brasil nesses conflitos;
- Apresentar os reflexos produzidos pela atuação brasileira na sua projeção de poder do no cenário internacional na atualidade.

1.3 HIPÓTESE

Para o presente trabalho foi levantada a seguinte hipótese:

- As ações do governo brasileiro frente aos conflitos contemporâneos no seu entorno estratégico **favorecem** a projeção de poder nas expressões política, psicossocial, econômica e militar.

1.4 VARIÁVEIS

Nas Ciências Militares, o conceito de variáveis não está, necessariamente, associado à natureza quantitativa, uma vez que seu universo de definição é mais amplo, mais genérico e muito mais complexo.

Variável independente – *conflitos no entorno brasileiro.*

Definição constitutiva – *quantidade e qualidade de respostas dadas pelo Brasil aos conflitos existentes no seu entorno.*

Definição operacional - sua medição será realizada com base na quantidade de conflitos existentes no entorno estratégico brasileiro, sendo que para cada conflito, haverá uma ação ou inação do governo brasileiro.

Variável dependente – *projeção do poder nacional brasileiro no exterior.*

Definição constitutiva - *de acordo com o Department of the USA Army (FM 100-7 1994 p.5), é capacidade de uma nação aplicar todos ou alguns dos seus elementos de poder (político, econômico, diplomático e militar) rapidamente, e efetivamente desdobrar e manter forças em múltiplas posições dispersadas para responder a crises, para contribuir para a intimidação e assegurar a estabilidade regional.*

Definição operacional - *análise das expressões do poder nacional, sugerida pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (2011).*

1.5 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Neste estudo, a abordagem do tema trata dos conflitos de naturezas diversas existentes no entorno geoestratégico brasileiro, procurando verificar a causalidade entre as duas variáveis: resposta do Governo Federal aos conflitos e consequente projeção do poder no cenário internacional.

Quanto à extensão, limita-se prioritariamente às questões externas brasileiras, suas relações internacionais nos campos diplomático, econômico, militar e político; e, secundariamente, às questões internas brasileiras, ações interagências, órgãos ministeriais e do governo federal. Esta condição se faz necessária, uma vez que só a partir do estudo do cenário externo será possível delinear as consequências da projeção do poder do Brasil no cenário internacional.

Sopesando que o Brasil vem aumentando seu papel de potência emergente no cenário internacional, nos temas referentes a direitos humanos, manutenção da paz, integração regional e relações comerciais; serão incluídos estudos abrangendo a América Latina, América do Sul, África Ocidental e Atlântico Sul, bem como

organismos internacionais, a exemplo da Organização das Nações Unidas (ONU), Organização dos Estados Americanos (OEA) e Mercado Comum do Sul (Mercosul).

No que diz respeito ao aspecto cronológico, contempla-se dados de 2000 até 2018, para que seja possível considerar a defasagem temporal entre as variáveis objeto do estudo.

Cabe ressaltar, por derradeiro, que a projeção de poder do Brasil sofreu grande mudança com a ascensão do governo Lula ao poder em 2002. Com a assunção de Jair Bolsonaro à chefia do Executivo por 4 (quatro) anos, a proposta em comento deve ultrapassar, em tese, os anos de 2019 e 2020.

1.6 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Nos últimos anos, o assunto Defesa tomou grandes proporções nos debates políticos e acadêmicos no cenário nacional.

Existe hoje amplo conjunto de documentos fundamentais que orientam e esclarecem as ações do governo nessa área: a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional, os quais ampliam o diálogo entre a Defesa como instituição pública e a sociedade (AMORIN, 2014 p.10).

Em âmbito nacional, o viés democrático do Brasil o credencia à projeção de líder no cenário internacional nas questões de solução pacífica de conflitos, a exemplo das questões migratórias, que fazem parte das principais discussões e debates em todas as cimeiras na atualidade.

Na atualidade, a questão migratória é o principal tema das discussões multinacionais na América do Sul. Os fluxos de venezuelanos rumo aos países limítrofes causaram inquietude ao Equador, Peru, Colômbia e, particularmente, ao Brasil, segundo a Rádio França Internacional (2018).

Cite-se a alta carência de emprego, o déficit habitacional urbano, a escalada nos níveis de violência e a precariedade da saúde como fatores que afetam, de maneira destacada, a sociedade brasileira. Somando-se a isso o contingente de refugiados venezuelanos, a tendência é de agravamento do cenário.

É deste contexto político, social e econômico que advém a pertinência do tema. O Brasil é uma potência emergente no cenário internacional. Seu Produto Interno

Bruto é de US\$ 1,798 bilhões, (FMI, 2017), colocando-o como a 9ª maior economia mundial. Sua população corresponde a 52% da América do Sul. Suas dimensões físicas são continentais, com 16145 km de fronteiras secas e 7491 km de extensão litorânea. Além disso, possui as maiores reservas de água doce, sendo ainda o líder mundial em produção agrícola. Acresça-se, ainda, o histórico de governos brasileiros democráticos e pacifistas, que credenciam o país a ser ator de significativa projeção como líder sul-americano e intermediador de conflitos no concerto das nações.

Sendo assim, a combinação dos temas segurança, pacifismo, e projeção de poder no cenário internacional resulta num trinômio de grande importância para o debate nacional.

De mais a mais, o Brasil já possui experiência em diversas operações internacionais organizadas sob a égide das Nações Unidas, a exemplo de Angola (1997-1999), do Haiti (2004-2017). Desta forma, está credenciado a liderar, com segurança, possíveis intervenções na América do Sul ou África Ocidental.

De acordo Kentel e Filho (2015, p.31) seria uma evolução ampliar a participação brasileira para além do componente militar, estimulando-se a atuação de outras áreas do poder público e do setor privado, como fiscais eleitorais, assessores em áreas institucionais que se encontram colapsadas no país anfitrião, tais como educação, saúde, segurança pública, serviço penitenciário, economia, agricultura, etc.

Em razão de a estabilidade da América do Sul e do Atlântico Sul ser de grande interesse para o Brasil, cabe ao Estado e à sociedade debater as principais formas pelas quais o Brasil pode – e deve – contribuir para a consolidação destes espaços como áreas de paz e cooperação (NASSER, 2014, p. 17)

Isso posto, o estudo dos conflitos no entorno estratégico do Brasil e das ações do governo brasileiro é de inegável e notória relevância para o país, uma vez que poderá produzir novos conhecimentos, que servirão de referência para questões políticas e diplomáticas futuras ou até para as expressões do poder nacional, no porvir.

2 METODOLOGIA

Neste capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos aplicados ao estudo, considerando o universo da pesquisa e os instrumentos de coleta de dados, as variáveis da pesquisa, a análise e tratamento dos dados.

2.1 TIPO DE PESQUISA

Essa pesquisa será qualitativa, uma vez que privilegiará relatos, análises de documentos e entrevistas para entender o fenômeno da projeção do poder, relacionado às ações do Brasil diante de cenários de conflitos, na atualidade.

Também será uma pesquisa quantitativa, pois terá como propósito identificar relações entre *variáveis ações do governo brasileiro nos cenários de conflitos e projeção de poder no cenário internacional*, querendo para tanto, a tabulação dos dados e com cálculos estatísticos.

A pesquisa será ainda descritiva, explicativa, bibliográfica e documental. Descritiva porque pretende detalhar as características do cenário de conflitos em estudo; explicativa, pois pretende esclarecer as relações entre a projeção do poder nacional brasileiro e as ações do governo brasileiro, baseado na intensidade dos conflitos; bibliográfica, pois terá sua fundamentação teórico-metodológica na investigação sobre assuntos de defesa, relações internacionais, migração, política externa, polemologia, operações militares e legislações disponíveis em livros, manuais e artigos de acesso livre ao público em geral.

Por fim, a pesquisa será documental, uma vez que será pautada em documentos científicos, ou não, disponíveis na rede mundial de computadores, e em órgãos públicos e privados para consulta, como sugere Vergara (2009).

2.2 UNIVERSO E AMOSTRA

A amostra que irá compor a pesquisa será obtida de forma probabilística, sendo composta pelos cenários em que existam ou possam existir conflitos no entorno brasileiro.

Os dados relacionados à variável *ações do governo brasileiro* serão coletados nas publicações científicas, órgãos de governo e publicações não científicas. Quanto à variável projeção de poder, os dados serão obtidos a partir de medição do poder nacional, segundo teorias que permitam quantificá-lo, a exemplo da Teoria do Poder Perceptível de Ray Cline.

2.3 COLETA DE DADOS

O trabalho terá como ponto de partida a pesquisa bibliográfica na literatura (livros, manuais, revistas especializadas, jornais, artigos, internet, teses, monografias e dissertações) com dados pertinentes ao assunto.

Nessa oportunidade, serão estudados aspectos relacionados ao entorno estratégico do Brasil, relativos a conflitos ou possibilidade de conflitos com capacidade para influenciar as ações do governo federal; além das repercussões desses cenários na imprensa internacional da atualidade.

Dando continuidade, será realizada pesquisa referente a outros conflitos no mundo, que possam repercutir no cenário do Cone Sul e do Atlântico Sul.

Essa fase terá como objetivo permitir a visão comparativa entre os diversos cenários de conflito que possam gerar consequências ao Brasil ou não.

As conclusões decorrentes das pesquisas bibliográficas e documental permitirão estabelecer em que medida a os conflitos existentes nos cenários que circundam o Brasil, bem como as ações do governo interferem na projeção de poder do Brasil par o exterior.

A princípio, a coleta de dados será transversal.

2.4 TRATAMENTO DOS DADOS

Em decorrência de seu viés qualitativo, serão utilizados métodos não estatísticos, os quais codificarão os dados para análise futura. Serão priorizados os métodos conforme a tabela 1, a seguir:

Tabela 1 – Métodos e técnicas de tratamento de dados

MÉTODO / TÉCNICA	DESCRIÇÃO
Análise de conteúdo	Estudo de textos e documentos, sendo uma técnica de análise de comunicações, associada tanto aos significados quanto aos significantes da mensagem. Exemplo: reportagens e legislações sobre política externa brasileira.
Delphi	Método que visa a obter o consenso de opiniões de especialistas sobre o que está se investigando por intermédio da aplicação de questionários em sucessivas rodadas. Exemplo: entrevistas com profissionais de setores de defesa
Histografia	Método que visa ao resgate dos acontecimentos e das atividades humanas ao longo do tempo, desvendando e compreendendo as mudanças, as contradições e as tendências da realidade social. Exemplo: estudo dos conflitos na América do Sul e África.
Comparativo	Método que busca destacar similaridades e diferenças entre pessoas, padrões de comportamento e fenômenos. Dessa forma, também permite evidenciar as peculiaridades de cada parte. Exemplo: comparar os conflitos sul-americanos, europeus e africanos na região do Atlântico Sul.

Fonte: Adaptado de ECEME (2012)

2.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

Todo o método apresenta possibilidades e limitações. Assim sendo, quanto à Historiografia, o resgate dos acontecimentos e das atividades humanas relacionadas aos conflitos pode ser anacrônica devido ao Governo Bolsonaro, cujas características para Política Externa ainda não são bem definidas, impossibilitando compreender as mudanças, as contradições e as tendências da realidade social.

A aplicação do método Delphi, por sua vez, pode também vir a ser prejudicada, devido ao fato de que o pesquisador pode deparar-se com obstáculos que impeçam a coleta das opiniões de pessoas especializadas no assunto.

Em que pese tais métodos ainda apresentarem falhas possíveis, foram elencados como os mais viáveis para que a pesquisa seja fidedigna à realidade do fenômeno migratório.

3 O ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO

O Livro Branco de Defesa Nacional (MD, 2012 p.290) destaca que o Brasil visualiza um entorno estratégico que extrapola a região sul-americana e inclui o Atlântico Sul e os países limítrofes da África, assim como a Antártica. Ao norte, a proximidade do mar do Caribe impõe que se dê crescente atenção a essa região.

A figura abaixo permite uma clara visualização de como as áreas em torno do Brasil são importantes:

Figura 4 – Entorno Estratégico Brasileiro



Fonte: https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cedn/xv_cedn/cel_av_marcos_antonio_a_politica_e_a_end.pdf

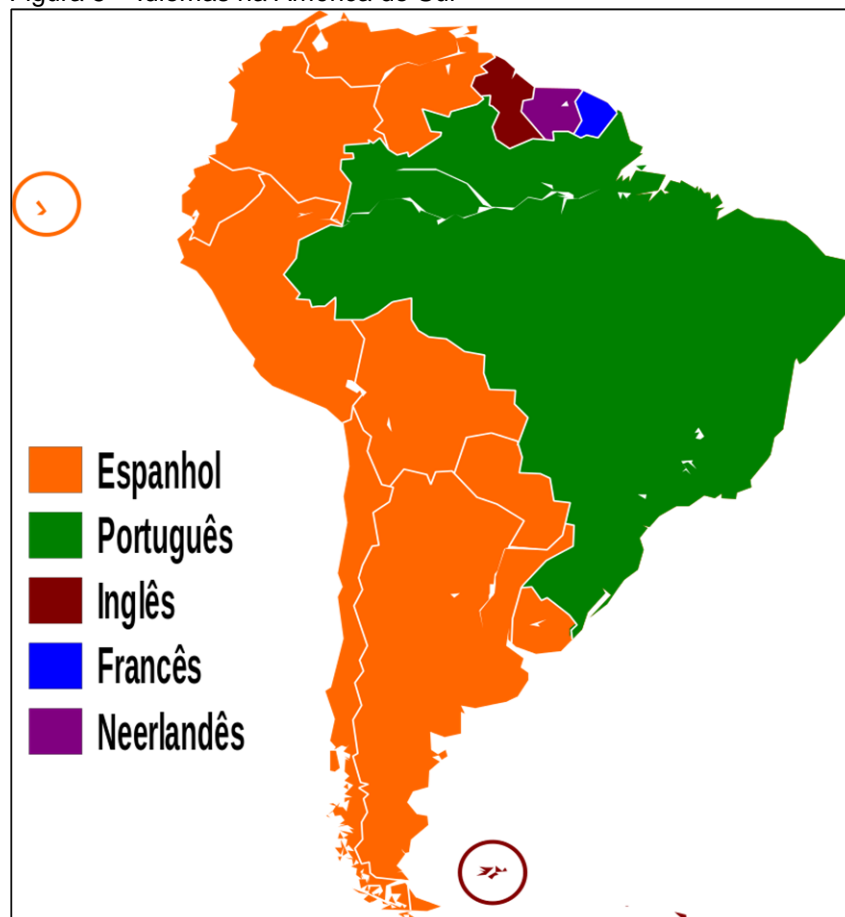
3.1 A AMÉRICA DO SUL

A América do Sul é um subcontinente que compreende a porção meridional da América. A sua extensão é de 17 819 100 km², abrangendo 12% da superfície terrestre e abrigando, aproximadamente, 6% da população mundial.

Está unida à América Central pelo estreito do Panamá e se limita ao sul com a Antártida pelo estreito de Drake. Tem uma extensão de 7 500 km desde o Mar do Caribe até ao Cabo Horn, ponto extremo sul do continente.

É composta por 13 países, majoritariamente de língua hispânica, a saber: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa (França), Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai, Venezuela.

Figura 5 – Idiomas na América do Sul



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Am%C3%A9rica_do_Sul

Seus limites naturais são: ao norte com o mar do Caribe; a leste, nordeste e sudeste com o oceano Atlântico; e a oeste com o oceano Pacífico. O Brasil representa 48% do território sul-americano, fazendo fronteira com 10 países.

Estas características fisiográficas constituem-se em questões-chave para o entorno estratégico brasileiro. Suas fronteiras terrestres são da ordem de 15.000 Km, sendo altamente porosas, isto é, com fácil penetração, e debruçadas sobre área fracamente povoadas, nas quais a presença dos estados limítrofes é praticamente inexistente.

Além disso, o Brasil faz fronteira com os 3 maiores produtores de cocaína do mundo: Colômbia, Peru e Bolívia, constituindo-se como rota de tráfico rumo aos mercados consumidores da Europa e Estados Unidos.

Este cenário corrobora como importantes são os acontecimentos no seu entorno estratégico sul-americano, sobretudo nas questões de segurança e nas expressões militar e psicossocial.

No que se refere à expressão econômica, o Brasil é o líder natural do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), tendo sido responsável por 70% do PIB de 3 trilhões do bloco, em 2016, seguido pela Argentina com 24%.

No campo político, o Brasil mantém-se como liderança defensora da democracia, a exemplo do que ocorreu na crise migratória venezuelana, e na guinada à esquerda da primeira década do século XXI, momento em que governos populistas ascenderam ao poder, no Chile, na Argentina, na Bolívia, na Venezuela e No Uruguai, capitaneados pelo ex-presidente Lula, entre 2003 e 2009.

3.2 O ATLÂNTICO SUL

Em termos geopolíticos, o Atlântico Sul pode ser entendido como a grande área localizada entre a América do Sul e a África, incluindo os países banhados pelo oceano Atlântico nos dois continentes, onde está inserida a costa brasileira.

No que toca ao Brasil, é o país que possui o maior litoral atlântico no mundo, sendo sua costa pouco acidentada e de águas calmas, sem a presença de furacões ou tornados, situação que facilita o comércio marítimo e a exploração de recursos naturais, bem como a navegação de cabotagem.

De acordo com Meira Mattos (1975, p.75), a nova posição do Brasil como potência exige a consolidação e expansão do papel estratégico do país em duas

grandes áreas de interesse: o Atlântico Sul e a Bacia Amazônica, tendo o país dois destinos, sendo um continental e outro marítimo.

Acerca da Teoria do Poder Marítimo, defendida pelo Almirante Alfred Thayer Mahan, pode ser assim resumida:

“A terra é quase sempre um obstáculo, o mar quase todo uma planície aberta; uma nação capaz de controlar essa planície, por meio do poderio naval, e que ao mesmo tempo consiga manter uma grande marinha mercante, pode explorar as riquezas do mundo.” (ECEME 2011, p.53)

Para Mahan, o poder marítimo é elemento vital para o crescimento, a prosperidade e a segurança nacionais, sendo que poder marítimo não é o sinônimo de poder naval, pois não compreende apenas o potencial militar que, navegando, domina o oceano ou parte dele pela força das armas, mas também o comércio e a navegação pacífica (ECEME, 2011, p. 56).

Sob esta ótica, o Brasil possui inegável papel como potência marítima no Atlântico Sul, cabendo a ele a liderança naval, comercial e militar sobre seu entorno.

Destaca-se que para Meira Mattos (2011, p.159) a garantia da Segurança Atlântica é essencial ao Brasil, pois seu território é uma das pontes que ligam a América à massa afro-euro-asiática, e vice-versa.

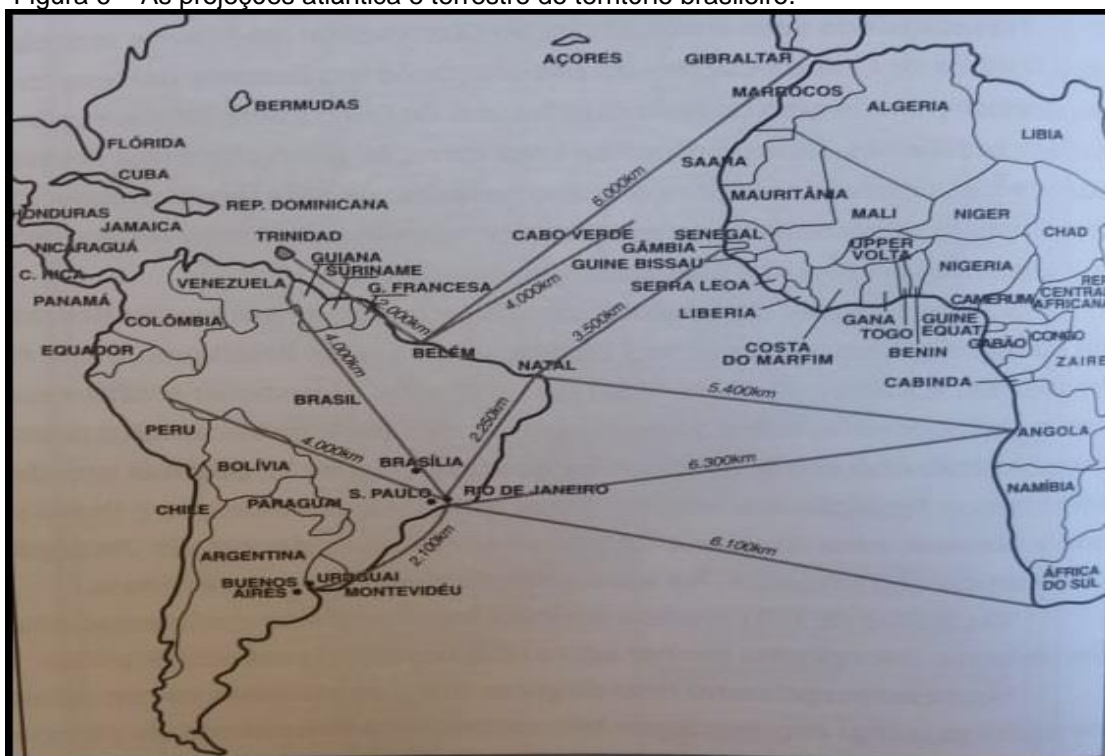
Esse grau de importância deve ser pensado pelos estadistas e estrategistas com grande determinismo.

A exemplo disso, a hipótese de uma grande potência militar ocupar qualquer ponto da costa oeste africana, desde o Marrocos até a África do Sul, geraria grande pressão bélica e hostilidade no território brasileiro.

No quadro de defesa continental, na atualidade, a África interessa muito mais do que qualquer outra região geográfica do planeta Terra, pois é por ela que passa a maior parte do tráfego marítimo, como a “rota do Cabo”. Desta feita, a segurança perimetral do Brasil extrapola seu território, e se incrusta no continente africano (MEIRA MATTOS, 2011, p.161).

Para melhor compreensão, colaciona-se a figura seguinte, que permite compreender o pensamento acerca da importância estratégica do Atlântico Sul para a segurança territorial brasileira. Veja-se:

Figura 6 – As projeções atlântica e terrestre do território brasileiro.



Fonte: Meira Mattos (2002, p.76)

Atenta à sua missão de defesa externa e proteção da costa brasileira, a Marinha do Brasil possui intercâmbios com militares da Namíbia (costa oeste africana); investe no desenvolvimento do submarino de propulsão nuclear, e vem, desde os anos 70, buscando reaparelhamento de sua esquadra.

Como prova inequívoca da importância geoestratégica do Atlântico Sul, os Estados Unidos reativaram em 2008 a IV Frota da Marinha Americana, cuja área de atuação está debruçada sobre o entorno estratégico brasileiro:

U.S. 4th Fleet will be responsible for U.S. Navy ships, aircraft and submarines operating in the U.S. Southern Command (SOUTHCOM) area of focus, which encompasses the **Caribbean, and Central and South America** (grifo nosso) and the surrounding waters. (U.S. NAVY, 2008).

Tal medida causou reações de governos antiamericanos, como Cuba e Venezuela que acusaram os EUA a provocarem tensões na região caribenha.

De outro lado, a presença militar americana na região também influenciou o governo brasileiro, que buscou aproximação com países africanos, na tentativa de ampliar, de forma pacífica, sua área de influência, rumo à África.

Para Falcetti (2018, p.8), a projeção internacional do Brasil no nível regional, notadamente no Atlântico Sul, deveu-se a dois objetivos concretizados pelas Forças Armadas Brasileiras no que tange a sua orientação internacional: a manutenção da estabilidade regional e a manutenção da paz e da segurança internacional.

Figura 7 - Porta-aviões USS Abraham Lincoln



Fonte: US Navy

Associada ao aumento da sua relevância estratégica a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) foi criada pela ONU em 1986, com o objetivo de evitar a introdução de armamentos nucleares e outros de destruição em massa na região, bem como aproveitar todo o potencial socioeconômico da área, por meio do multilateralismo.

Além do Brasil, outros 23 países são signatários da ZOPACAS: África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai, representados na figura seguinte:

Figura 8: Países signatários da ZOPACAS



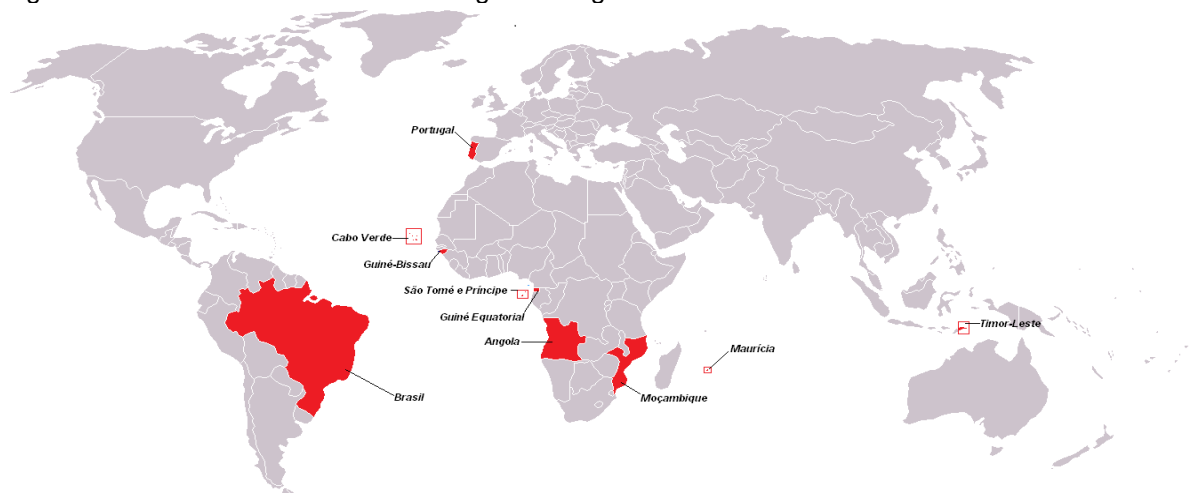
Fonte: O Autor (adaptado de wikipedia.org)

3.3 ADJACÊNCIAS

A intensificação da cooperação e do comércio com países da África, da América Central e do Caribe, inclusive a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), vem contribuindo para a manutenção de relações amistosas.

Além disso, o Brasil mantém intensa participação na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), consonante com os objetivos gerais de acordos políticos e a cooperação nos domínios social, cultural e económico.

Figura 9: Comunidade de Países de Língua Portuguesa



Fonte: O autor (adaptado de wikipedia.org)

Para a consecução desses objetivos, o Brasil e a Comunidade têm promovido a coordenação sistemática das atividades das instituições públicas e entidades privadas empenhadas no incremento da cooperação entre os seus Estados-membros.

Um exemplo dessas ações foi o 6º Fórum Brasil-África, em representação da Secretária Executiva da CPLP, Maria do Carmo Silveira, subordinado à temática do desenvolvimento sustentável, que ocorreu em Salvador, na Bahia, nos dias 22 e 23 de novembro de 2018. A 7ª edição, prevista para novembro de 2019 em São Paulo, abordará a segurança alimentar no Brasil e na África (<https://forumbrazilafrika.com/>, 2019).

Outra área componente do entorno estratégico e que se constitui em zona de interesse brasileiro é a Antártica. O Programa Antártico Brasileiro é um programa interinstitucional sob a responsabilidade da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), e cuja execução é assim compartilhada:

- Aspectos Ambientais - Ministério do Meio Ambiente;
- Pesquisa Científica - CNPq / Ministério da Ciência e Tecnologia;
- Atividades Operacionais e Logísticas - Marinha do Brasil, Ministério da Defesa; e
- Aspectos Políticos - Ministério das Relações Exteriores.

A reconstrução da Base Comandante Ferraz, destruída após incêndio em 2012, corrobora a importância do programa para a projeção do poder nacional brasileiro, no sul da Terra.

No outro hemisfério, as regiões da América do Norte e da Europa constituem-se em áreas de interesse para o Brasil, uma vez que a incontestável liderança dos Estados Unidos em toda a América coloca o país como um potencial aliado estratégico; bem como o recente acordo de livre comércio firmado entre a União Europeia e o MERCOSUL, após 20 anos de negociações.

“Tras acordarse los términos del acuerdo de asociación entre el Mercosur y la Unión Europea, este viernes 28 en Bruselas, se da por concluido un proceso negociador iniciado hace exactamente 20 años en la Reunión de Jefes de Estado y de Gobierno de la Unión Europea y el Mercosur, que tuvo lugar en Río de Janeiro el 28 de junio de 1999.” (www.presidencia.gub.uy, 2019.)

Por fim, em março de 2019, o presidente americano Donald Trump, sinalizou a intenção de promover a entrada do Brasil na OTAN, como país aliado, extra regional, a exemplo do que ocorreu com a Colômbia.

Tal proposta, no entanto, esbarra nos poucos gastos brasileiros com a Defesa, cerca de 1.9% do PIB, além de ter de ser ratificado pelos 29 países membros.

4 AÇÕES BRASILEIRAS NA PROJEÇÃO DE PODER

Neste capítulo, serão abordadas as ações empreendidas pelo governo brasileiro no que diz respeito à sua projeção do poder, a título de ambientação para que se compreenda como o país vem se relacionando com seu entorno estratégico.

4.1 PROJEÇÃO DO PODER NACIONAL BRASILEIRO

O Poder se apresenta como uma conjugação interdependente de vontades e meios, voltada para o alcance de uma finalidade. A vontade torna o poder um fenômeno essencialmente humano, característico de um indivíduo ou de um grupo (ESG, 2006).

Para Pereira (2017 p.1) a história do surgimento do Estado moderno e da formação do Estado-Nação é composta por disputas políticas que deixam claro como as nações veem seu Estado, isto é, como instrumento fundamental de defesa de seus próprios interesses.

Com a derrocada do sistema comunista, o mundo prestigiou uma série de conflitos eclodirem no novo reordenamento do equilíbrio de poder no cenário internacional. Todos os países passaram a lutar, livres de qualquer ideologia pelos seus interesses nacionais, buscando impor suas vontades, ainda que por meio da força, a seus antagonistas (MENEZES, 1997, p.100).

Neste sentido, as palavras *vontade* e *interesse* devem ser compreendidas como complementares, ao invés de sinônimos. Assim, a Nação, ao organizar-se politicamente, escolhe um modo de aglutinar, expressar e aplicar o seu Poder de maneira eficaz, mediante a criação de uma macroinstituição, o Estado (ESG, 2006).

Diante disso, as expressões do poder nacional mostram-se nos campos político, econômico, militar, científico-tecnológico e psicossocial. Essa divisão auxilia na análise do Poder Nacional, pois, segundo Celles (2016, p.64), os efeitos causados por determinada expressão não podem ser avaliados de maneira isolada.

Cada uma dessas vertentes possui elementos ligados ao homem, à terra e às instituições, componentes essenciais a um estado soberano. Estes fundamentos do Poder Nacional são diversos, dependendo dos influxos, e variam conforme as expressões.

Tabela 2 - Expressões do Poder Nacional

PODER NACIONAL					
FUNDAMENTOS	EXPRESSÕES				
	POLÍTICA	ECONÔMICA	PSICOSSOCIAL	MILITAR	C & T
HOMEM	POVO	RECURSOS HUMANOS	PESSOA	RECURSOS HUMANOS	RECURSOS HUMANOS
TERRA	TERRITÓRIO	RECURSOS NATURAIS	AMBIENTE	TERRITÓRIO	RECURSOS NATURAIS E HUMANOS
INSTITUIÇÕES	INSTITUIÇÕES POLÍTICAS	INSTITUIÇÕES ECONÔMICAS	INSTITUIÇÕES SOCIAIS	INSTITUIÇÕES MILITARES	INSTITUIÇÕES DE C&T

Fonte: Celles, 2016 p.63

Em prosseguimento, todos os países têm como escopo, em maior ou menor intensidade, projetar seu poder nacional no concerto das nações. Buscam ampliar, ou pelo menos manter, sua capacidade de aplicar todos ou alguns dos seus elementos de poder nacional, como já citado anteriormente, de forma rápida e eficaz, com a finalidade precípua de dar respostas a crises ou simplesmente como ferramenta de dissuasão, em busca de estabilidade geopolítica.

No contexto sul-americano, a projeção de poder do Brasil está assentada na sua condição geográfica-política. A área delimitada pelo estudo se debruça sobre a área amazônica, da qual 70%, faz parte do território brasileiro (FREITAS, 2004, p. 117).

O Brasil, ademais, possui renomada experiência com a participação de missões de paz. Em especial, duas podem ser destacadas: na República Dominicana, a *Inter-American Peace Force* (IAPF), organizada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1964, liderada pelos Estados Unidos até 1966, em seguida pelo Brasil, de 1966 até sua desativação em 1967; e a *Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti* (MINUSTAH), criada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, em liderada pelo Brasil de 2004 a 2017.

Em ambas as situações, a região a ser pacificada foi a ilha de Hispaniola, localizada no Caribe. Em que pese a questão venezuelana estar em território sul-americano, existem semelhanças psicossociais e geográficas entre o cenário caribenho insular e o venezuelano, a saber: corrupção sistêmica; concentração de renda em elites militares, políticas e judiciárias; desassistência por parte do Estado; doenças endêmicas; alta taxa de natalidade/mortalidade; e antagonismos ideológicos.

Este enredo favorece o surgimento do crime organizado, ações terroristas e narcotráfico. Woloszyn (2013, p.94) acrescenta que, no Brasil, a dificuldade em policiar o próprio território, sobretudo áreas de grande concentração populacional, e a fraca ou insignificante presença do Estado, favorecem o surgimento de gangues e constantes disputas para ocupação do vazio de poder.

Neste diapasão, a região de Pacaraima, em última análise, tornar-se-ia polo de ilícitos transfronteiriços em questão de poucos meses, o que impeliu o Governo Federal a atuar de forma diligente naquele local.

Desta maneira, o Brasil mantém seu *status quo* de liderança regional, absorvendo grande parte da responsabilidade acerca da ajuda aos venezuelanos em migração. Sob o enfoque político, o país manteve voz ativa, ao lado de outros 13 países no reconhecimento da falência do sistema político Venezuela, na chamada Declaração de Lima, transcrita abaixo:

Los Cancilleres y Representantes de Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colombia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguay y Perú, reunidos en la ciudad de Lima, el día 8 de agosto de 2017, para abordar la crítica situación en Venezuela y explorar formas de contribuir a la restauración de la democracia en ese país a través de una salida pacífica y negociada;

Animados por el espíritu de solidaridad que caracteriza a la región y en la convicción de que la negociación, con pleno respeto de las normas del derecho internacional y el principio de no intervención, no atenta contra los derechos humanos y la democracia, y es la única herramienta que asegura una solución duradera a las diferencias;

Declaran:

1. Su condena a la ruptura del orden democrático en Venezuela.
2. Su decisión de no reconocer a la Asamblea Nacional Constituyente, ni los actos que emanen de ella, por su carácter ilegítimo.
3. Su pleno respaldo y solidaridad con la Asamblea Nacional, democráticamente electa.
4. Los actos jurídicos que conforme a la Constitución requieran autorización de la Asamblea Nacional, sólo serán reconocidos cuando dicha Asamblea los haya aprobado.
5. Su enérgico rechazo a la violencia y a cualquier opción que involucre el uso de la fuerza.
6. Su apoyo y solidaridad con la Fiscal General y los integrantes del Ministerio Público de Venezuela y exigen la aplicación de las medidas cautelares emitidas por la Comisión Interamericana de Derechos Humanos.
7. Su condena a la violación sistemática de los derechos humanos y las libertades fundamentales, a la violencia, la represión y la persecución política, la existencia de presos políticos y la falta de elecciones libres bajo observación internacional independiente.
8. Que Venezuela no cumple con los requisitos ni obligaciones de los miembros del Consejo de Derechos Humanos de las Naciones Unidas.

9. Su seria preocupación por la crisis humanitaria que enfrenta el país y su condena al gobierno por no permitir el ingreso de alimentos y medicinas en apoyo al pueblo venezolano.
10. Su decisión de continuar la aplicación de la Carta Democrática Interamericana a Venezuela.
11. Su apoyo a la decisión del MERCOSUR de suspender a Venezuela en aplicación del Protocolo de Ushuaia sobre Compromiso Democrático.
12. Su decisión de no apoyar ninguna candidatura venezolana en mecanismos y organizaciones regionales e internacionales.
13. Su llamado a detener la transferencia de armas hacia Venezuela a la luz de los artículos 6 y 7 del Tratado sobre el Comercio de Armas.
14. Que, teniendo en cuenta las condiciones actuales, solicitarán a la Presidencia Pro Témpore de la CELAC y a la Unión Europea, la postergación de la Cumbre CELAC-UE prevista para octubre de 2017.
15. Su compromiso de mantener un seguimiento de la situación en Venezuela, a nivel de Cancilleres, hasta el pleno restablecimiento de la democracia en ese país, y de reunirse a más tardar en la próxima sesión de la Asamblea General de Naciones Unidas, oportunidad en la que podrán sumarse otros países.
16. Su disposición a apoyar de manera urgente y en el marco del respeto a la soberanía venezolana, todo esfuerzo de negociación creíble y de buena fe, que tenga el consenso de las partes y que esté orientado a alcanzar pacíficamente el restablecimiento de la democracia en el país.

Lima, 8 de agosto de 2017.(BRASIL – MRE, 2017)

Observa-se que a questão enseja o papel de preponderância do Brasil não só no espaço sul-americano, mas também em toda a América Latina, estendendo-a até a África. A projeção de poder brasileira, neste caso, alcança outros cenários que extrapolam o Cone Sul.

Pertinente mencionar, por derradeiro, que o viés diplomático das relações exteriores é uma ferramenta amplamente utilizada, preponderantemente por países cuja projeção de poder é relativamente inferior se comparada a outros estados vizinhos, como será estudado a seguir.

4.2 POLÍTICA BRASILEIRA PARA RELAÇÕES EXTERIORES

Barros (1998, p.19) defende que a natureza da política externa é dual, obedecendo à articulação entre o interesse nacional e as perspectivas no âmbito internacional.

Brito (1994, p.331), por seu turno, ressalta que o planejamento da política externa de um Estado consiste na esquematização de uma linha de ação ou comportamento coerentes, visando a atingir os objetivos nacionais no relacionamento com outros Estados.

Isso pode ser traduzido na defesa externa para os anseios domésticos, os quais devem ser de conhecimento da sociedade, de modo que seja possível avaliar as opções, pontos de vista e oportunidades perante os desafios internacionais.

A Política Externa Brasileira (PEB), sofreu algumas mudanças nos últimos 20 anos. No início dos anos 2000, houve diversificação das parcerias comerciais e políticas, podendo ser citado o grande número de viagens do Ex-Presidente Lula ao exterior, sobretudo ao Oriente Médio e África.

Pedrosa (2015, p.82) destaca que no discurso de Lula, ao assumir o governo em 1º de janeiro de 2013, foram citadas a valorização das organizações multilaterais, em especial a Organização das Nações Unidas, primando pela preservação da paz mundial.

O foco principal na primeira década do milênio foi a participação em organizações internacionais e foros multilaterais, bem como relações bilaterais, segundo Borelli (2017). A liderança militar da MINUSTAH e as negociações referentes à questão nuclear no Irã são exemplos disso.

Figura 10 – O Brasil construiu sólida imagem durante a MINUSTAH



Fonte: Exército Brasileiro em www.instagram.com/p/BYd5OvsAgey/

Com o agravamento da crise econômica, em 2012, a PEB recebeu menor importância. A impopularidade do governo Rousseff, seguido pelo governo Temer, limitou as relações exteriores do Brasil a questões de menor relevância, distanciando o Brasil dos objetivos iniciais do ano de 2003, como a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

É válido pontuar que o chanceler brasileiro, José Serra, emitiu nota de repúdio em 2016, na qual ressalta o fato de que a Venezuela não havia cumprido sequer metade das normas atinentes à sua participação no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Em 2017, os diplomatas de Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Guiana, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru e Santa Lúcia, foram reconvocados a seus países, representando o pré-rompimento das relações diplomáticas e agravando o isolamento venezuelano após a Declaração de Lima.

No mais, como instrumento de interesses sociais, a política externa acompanha a evolução da sociedade. Observa-se que nos tempos recentes, houve inversão na direção tradicional dos fluxos populacionais: a vinda de imigrantes (BARROS, 1998, p.24).

É sabido que cada novo governo estabelece novas políticas públicas. Com isso, o MRE sofrerá nova mudança, com o governo eleito em 2018, para o quadriênio 2019-2022, ao receber a liderança do diplomata Ernesto Araújo e consequente nova PEB.

Malgrado o desconhecimento dos novos rumos a serem seguidos pelo Itamaraty, o Brasil deve manter seus princípios diplomáticos imutáveis. Sob a ótica dos princípios elementares, o Brasil defende a não-intervenção, em face da crença de que nenhum país deve intervir nas questões de outro Estado, a não ser que seja autorizado pela ONU (BORELLI, 2017), o que se aplica de maneira destacada no Atlântico Sul como área de interesse brasileiro.

5 ÁREAS DE INSTABILIDADE NO ENTORNO ESTRATÉGICO

Neste capítulo são apresentadas as áreas em que ocorrem instabilidades capazes de criar cenários de conflitos no entorno estratégico brasileiro.

5.1 QUESTÃO MIGRATÓRIA VENEZUELANA

A Política Migratória do Brasil possui legislação recente, a qual foi modificada principalmente pelo cenário na fronteira com a Venezuela. Durante a VII Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), o tema dos venezuelanos que atravessavam a fronteira rumo aos municípios de Pacaraima e Boa Vista para o abastecimento de bens fundamentais surgiu pela primeira vez na pauta do Conselho, como mostra Accioly *et al.* (2018 p.4).

Segundo Ventura (2014), a lei vigente no Brasil ainda era o Estatuto do Estrangeiro de 1980, assinado pelo Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, conforme o credo da segurança nacional, isto é, obsoleto e anacrônico.

De fato, Souto (2013, p. 144) destaca o quanto a política externa brasileira estava ainda presa aos governos militares, o que foi denominado de Diplomacia do Interesse Nacional. Desde o governo Médici (1969-1974), os interesses nacionais foram os norteadores de toda a PEB, voltada à segurança, ao crescimento econômico e à aproximação com os Estados Unidos.

Diante disso, o governo federal sancionou a Lei n.º 13.445, de 24 de maio de 1997, Instituído a Lei de Migração. Consoante o Ministério do Trabalho, existem 22 (vinte e dois) princípios e diretrizes que regem a política migratória brasileira, ora colacionados:

Art. 3º A política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes:

- I - universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos;
- II - repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação;
- III - não criminalização da migração;
- IV - não discriminação em razão dos critérios ou dos procedimentos pelos quais a pessoa foi admitida em território nacional;
- V - promoção de entrada regular e de regularização documental;
- VI - acolhida humanitária;
- VII - desenvolvimento econômico, turístico, social, cultural, esportivo, científico e tecnológico do Brasil;
- VIII - garantia do direito à reunião familiar;

IX - igualdade de tratamento e de oportunidade ao migrante e a seus familiares;

X - inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas;

XI - acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social;

XII - promoção e difusão de direitos, liberdades, garantias e obrigações do migrante;

XIII - diálogo social na formulação, na execução e na avaliação de políticas migratórias e promoção da participação cidadã do migrante;

XIV - fortalecimento da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, mediante constituição de espaços de cidadania e de livre circulação de pessoas;

XV - cooperação internacional com Estados de origem, de trânsito e de destino de movimentos migratórios, a fim de garantir efetiva proteção aos direitos humanos do migrante;

XVI - integração e desenvolvimento das regiões de fronteira e articulação de políticas públicas regionais capazes de garantir efetividade aos direitos do residente fronteiriço;

XVII - proteção integral e atenção ao superior interesse da criança e do adolescente migrante;

XVIII - observância ao disposto em tratado;

XIX - proteção ao brasileiro no exterior;

XX - migração e desenvolvimento humano no local de origem, como direitos inalienáveis de todas as pessoas;

XXI - promoção do reconhecimento acadêmico e do exercício profissional no Brasil, nos termos da lei; e

XXII - repúdio a práticas de expulsão ou de deportação coletivas.

(BRASIL – MTE, 2017)

Ventura (2014) salienta que é falso pensar que o Brasil não possui uma política migratória. Torna-se evidente que o país não possui uma política restritiva, de controle ostensivo de fronteiras, como é o caso da Europa e dos Estados Unidos. No entanto, grande parte de sua execução permanece a cargo de um órgão de segurança, que é a Polícia Federal (PF).

Parte dessa mudança pode ser observada na forma como a questão venezuelana vem sendo administrada: a Operação Acolhida é a primeira atividade interagências, voltada pra imigração, liderada pelo Exército Brasileiro, congregando órgãos governamentais, ou não.

O apoio aos eventos comunitários, às ações cívico-sociais, às campanhas de saúde pública e o socorro às vítimas de desastres naturais, incluindo a crise humanitária venezuelana, são exemplos de ações subsidiárias das quais as FA tomam parte.

A fragilidade das instituições políticas no Brasil possui origens históricas, sendo as FA, em contrapartida, instituições sólidas, baseadas na disciplina e na hierarquia, fato que lhes confere credibilidade única no cenário nacional (MENEZES, 1997, p.59).

Figura 11 – Interiorização dos imigrantes venezuelanos no Brasil



Fonte: Ministério da Defesa

Diante dessa situação, o governo federal promoveu reuniões acerca da crise migratória com diversos órgãos. Coube ao Ministério da Defesa (MD), e em particular ao Exército Brasileiro, liderar as atividades da Operação Acolhida. Como explana Aguiar (2018), esta operação tem por objetivos recepcionar, identificar, triar, imunizar, abrigar e interiorizar imigrantes em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária.

5.1.1 Amparo Legal para Operação Acolhida

O primeiro passo tomado pelo governo federal em relação ao acolhimento dos imigrantes venezuelanos foi dar segurança jurídica às atividades da operação. Com isso, os seguintes documentos foram produzidos:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 820, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária;

DECRETO Nº 9.285, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018

Reconhece a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela; e

DECRETO Nº 9.286, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018

Define a composição, as competências e as normas de funcionamento do Comitê Federal de Assistência Emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária.

5.1.2 Composição

Pela definição de Aguiar (2018), a operação é conjunta, interagências e de natureza humanitária, como é possível perceber na variedade e quantidade de instituições participantes.

5.1.2.1 Comitê Federal de Assistência Emergencial

Ministério da Saúde;

Ministério da Defesa;

Ministério da Educação;

Ministério dos Direitos Humanos;

Ministério da Integração Nacional;

Ministério do Trabalho e Emprego;

Ministério das Relações Exteriores;

Ministério do Desenvolvimento Social;

Ministério da Justiça e Segurança Pública;

Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão;

Gabinete de Segurança Institucional;

Casa Civil da Presidência da República.

5.1.2.2 Órgãos Federais

Fundação Nacional de Saúde (FUNASA);

Receita Federal;

Agência Brasileira de Inteligência (ABIN);

Força Nacional do Sistema Único de Saúde (SUS);

Vigilância Agropecuária Internacional (VIGIAGRO); e

Defensoria Pública da União.

5.1.2.3 Órgãos Estaduais

Governo de Roraima;

Companhia de Água e Esgoto de Roraima (CAER);

Eletrobrás,

Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social (SETRABES);

Corpo de Bombeiros;

Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde de Roraima.

5.1.2.4 Órgãos Municipais

Prefeitura de Boa Vista;

Secretaria Municipal de Obras;

Secretaria de Ação Social;

Guarda Municipal de Boa Vista;

Conselho Tutelar.

5.1.2.5 Segurança Pública

Polícia Federal;

Polícia Rodoviária Federal;

Força Nacional de Segurança;

Polícia Militar de Roraima;

Polícia Civil de Roraima.

5.1.2.6 Organismos Internacionais:

Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR);

United States Agency for International Development;

Office of US Foreign Disaster Assistance (USAid/OFDA);

Organização Internacional de Migração (OIM);

United Nations Population Fund (UNFPA);

Associação de Voluntários para o Serviço Internacional – Itália (AVSI)

5.1.2.7 Organizações Não Governamentais

Fraternidade Federação Humanitária Internacional;

Fundação Pan-americana para o Desenvolvimento;
Fraternidade sem Fronteiras;
Telecoms sens Frontières (França);
Pirilampos;
Associação de Bem com a Vida;
Cia Cultural Bola de Meia;
Instituto Gente Amazônica;
Ação do Coração.

5.1.2.8 Entidades

Igreja Católica (Paróquia Nossa Senhora Consolata);
Igreja Metodista;
Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (Mórmons);
Cruz Vermelha Internacional;
Rotary Clube Internacional;
Associação dos Adventistas (ADRA);
Charitas Brasileira;
Exército da Salvação;
Centro de Migração dos Direitos Humanos;
Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados;
Jovens Com uma Missão (JOCUM);
Pastoral Universitária;
Pastoral da Criança;
Pastoral do Imigrante;
SENAC;
SESC;
APAE.

Como resultado final, a Operação Acolhida deve ordenar o fluxo migratório controlado, com todos os imigrantes assistidos nos diversos abrigos disponíveis, além de serem absorvidos pelo sistema de ensino, mercado de trabalho local, e participando do processo de interiorização ou retorno voluntariamente ao país de origem (AGUIAR, 2018). Esta operação possui a característica de pronta resposta por parte do governo, o qual manifesta seu poder nas diversas expressões.

6 CONCLUSÃO

O entorno estratégico brasileiro possui como principal característica relativa instabilidade, marcada por breves períodos de crises socioeconômicas, superados sem conflitos bélicos de grande envergadura, ao longo de sua história recente.

Atento a isso, no início dos anos 2000, o governo brasileiro iniciou política externa com o objetivo de buscar a liderança extrarregional, por meio da missão de paz no Haiti, MINUSTAH, bem como pelo fortalecimento de suas ações diplomáticas junto aos países da América do Sul e Caribe.

Além disso, é importante destacar que o MERCOSUL vem se consolidando, ao longo das últimas décadas como um ambicioso objetivo político e econômico: integrar as economias da América Austral, sob a égide da democracia e do liberalismo, abrindo ao mundo novas rotas comerciais que permeiem o bloco.

Associado a essa iniciativa, o Brasil buscou ampliar sua participação econômica no continente Africano. A abertura de novas embaixadas, bem como a intensificação de negócios entre empreiteiras brasileiras em obras de infraestrutura na África, entre 2003 e 2011, permitiu grande aporte financeiro por meio de investimentos no continente.

Neste contexto, é possível assinalar a consolidação do Brasil como membro ativo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, razão pela qual é considerado na atualidade o destacado líder lusófono neste grupo, avocando a si, grande parte das iniciativas em relação à promoção de debates, congressos e fóruns, em que pese a inequívoca importância portuguesa.

Outra evidência do papel de protagonismo brasileiro no seu entorno, é a mundialmente reconhecida Operação Acolhida, no cenário circunvizinho. A forma como o país respondeu à demanda humanitária da crise venezuelana deu ao Brasil projeção regional e mundial.

A organização de política migratória nacional, associada à pronta resposta ao acolhimento dos imigrantes venezuelanos, projetaram o Brasil como um país com grande prestígio nas questões de cunho humanitário, consolidando-o como um ator de expressão internacional.

Quando comparado aos seus vizinhos, o Brasil está muito além na questão de ausência de beligerâncias extrarregionais, a exemplo das Malvinas, Conflito Equador-Peru, Guerrilha colombiana FARC, ou movimentos terroristas nos países da África Subsaariana.

No que se refere às questões internas, o Brasil mantém-se como democracia estável, garantindo a participação popular em pleitos eleitorais, além de possuir políticas públicas de distribuição de renda, ampliação de acesso à educação, bem como arcabouço jurídico que preserva os direitos individuais preconizados na Constituição de 1988.

Os cenários de crises em segurança pública vêm sendo transformados, ainda, por meio de eficazes programas de combate ao crime organizado, vigilância das faixas de fronteira, ampliação da fiscalização de tráfego marítimo, terrestre e aéreo pelas polícias estaduais e federais, bem como ativa participação das Forças Armadas em Operações de Garantia da Lei e da Ordem.

Diante do exposto, conclui-se que o Brasil possui todas as condições para exercer seu papel de liderança no contexto sul-americano, por possuir grande envergadura econômica, além de política externa voltada ao diálogo, à projeção de poder *smart power* e a histórico de grande pacifismo, sem nunca deixar de lado a ideia de que, para a defesa de seus interesses geopolíticos, as Forças Armadas são um instrumento altamente eficiente.

Por fim, a expectativa, para as próximas décadas é de que a projeção de poder nas expressões política e econômica se consolide, de forma a assegurar ao Brasil voz ativa em questões diplomáticas e comerciais, além de favorecer sua projeção de poder militar por meio de Exército destre, Marinha aparelhada e Força Aérea moderna.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Tatiana *et al.* **Desafio Migratório em Roraima: Repensando a política e gestão da migração no Brasil.** 2018. 23 f. Rio de Janeiro: FGV - DAPP. 2018.

AGUIAR, Henrique Reis de. **Operação Acolhida: Apresentação de Power Point:** disponível no sítio <https://www.defesa.gov.br/component/content/article/2-uncategorised/47575-palestras-do-19%C2%BA-curso-de-extens%C3%A3o-sobre-defesa-nacional?Itemid=101>. 2018.

AMORIN, Celso. Prefácio *in* **O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul.** Organizadores: Reginaldo Mattar Nasser, Rodrigo Fracalossi de Moraes. – Brasília: IPEA. 2014. 284p. ISBN 978-85-7811-193-9

BARROS, Sebastião do Rego. **A execução da política externa brasileira: um balanço dos últimos 4 anos.** Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Política Internacional, 1998.

BLAY, E. A.; SAYAD, A. **Imigração ou os paradoxos da alteridade.** Revista de Antropologia. Vol. 43, Nr 1. São Paulo: Edusp, 1998, 299 p.

BORELLI, Patrícia. **Política Externa Brasileira: princípios e história da PEB.** [Joinville]: Politize, 2017. Disponível em <https://www.politize.com.br/politica-externa-brasileira-principios-historia/>. Acessado em 28 out. 2018.

BRASIL, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. **Elaboração de Projetos de Pesquisa na ECEME.** Rio de Janeiro: DECEX. 2012. 37p.

_____. _____. **Formatação de Trabalhos Científicos** - Departamento de Pesquisa e Pós-graduação. Rio de Janeiro: ECEME, 2017.

_____. _____. **Introdução à Estratégia.** Rio de Janeiro: CP/ECEME. 2011. 56p.

_____. _____. **Introdução à Geopolítica.** Rio de Janeiro: CP/ECEME. 2011. 101p.

_____. Exército Brasileiro. **Operação Acolhida: Reunião Interagências na Força-Tarefa Logística Humanitária.** Brasília: disponível no sítio http://www.eb.mil.br/operacao-acolhida/noticias/-/asset_publisher/FB2z0y6rFLpC/content/operacao-acolhida-reuniao-interagencias-na-forca-tarefa-logistica-humanitaria/8032597. 2018.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Nota 259: Declaração do Grupo de Lima.** Brasília. Disponível no sítio <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17073-declaracao-de-lima>. Acessado em 04 nov. 2018.

_____. _____. **Discurso do embaixador Fernando Simas, durante a sessão extraordinária do Conselho Permanente da OEA, acerca da crise migratória**

originada pela situação na Venezuela. Washington: disponível no sítio <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/outras-autoridades-discursos/19435-intervencao-do-embaixador-fernando-simas-na-oea-sobre-a-crise-migratoria-originada-pela-situacao-na-venezuela-5-de-setembro-de-20182018>. Acessado em 31 out. 2018.

_____. Presidência da República. **Lei 13445, de 24 de maio de 2017:** Lei de Migração. Brasília: Casa Civil. 2017.

_____. _____. **Medida Provisória 820, de 15 de fevereiro de 2018.** Dispõe sobre as medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. Brasília: Casa Civil. 2018.

_____. _____. **Decreto 9258, de 15 de fevereiro de 2018.** Reconhece a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela. Brasília: Casa Civil. 2018.

CALMON, Pedro. **História da civilização brasileira** (Coleção Biblioteca Básica Brasileira). Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. 332p. CDD 981.

CELLES, Luís Eduardo Pombo. **As Expressões do Poder Nacional:** uma nova taxionomia. 2016. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Aeronáuticas) - Universidade da Força Aérea, Rio de Janeiro. 2016.

CORAZZA, F; MESQUITA, L. **Crise na Venezuela:** o que levou o país vizinho ao colapso econômico e à maior crise da sua história. São Paulo, Londres: BBC. Disponível em <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2018/10/22/o-que-levou-a-venezuela-ao-colapso-economico-e-a-maior-crise-de-sua-historia.htm>. Acesso em 25 out. 2018.

ESTADOS UNIDOS, US Army. **FM 100-7 Decisive Force:** The Army in Theater Operations: Washington: Defense Department, 1995.

ESTADOS UNIDOS. **US Navy. Navy Reestablishes U.S. 4th Fleet.** Mayport, Florida:2008. Disponível em https://www.navy.mil/submit/display.asp?story_id=36606. Acessado em 4 jan. 2019.

FREITAS, Jorge Manuel da Costa. **A Escola Geopolítica Brasileira.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004. 136p. ISBN 85-7011-346-3.

GIBLER, Douglas M. **A Paz Territorial.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 2015. 264p. ISBN 978-85-7011-552-2

KENKEL, K. M.; FILHO, E. R. M. **A Participação do Brasil nas Missões de Paz da ONU:** Situação Atual e Perspectivas Futuras – Palestras na ESG. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra - Centro de Estudos Estratégicos. Livreto setembro 2015. Disponível em <https://www.esg.br/publi/livretos>. Acessado em 17 nov. 2018.

NGAI, Mae. **A estranha carreira do imigrante ilegal**: restrições à imigração e política de deportação nos Estados Unidos, 1921-1965. **Dossiê**, 2008. Disponível em <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:iT4o8lyHg0wJ:www.scielo.br/pdf/tem/v13n25/a02v1325.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b-ab>. Acesso em 30 out. 2018.

NERI, Marcelo Cortes. Apresentação *in* **O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul**. Organizadores: Reginaldo Mattar Nasser, Rodrigo Fracalossi de Moraes. – Brasília: IPEA. 2014. 284p. ISBN 978-85-7811-193-9

MEIRA MATTOS, Carlos de. **Brasil, Geopolítica e Destino**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1975. 151p.

_____. **Geopolítica e Modernidade**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002. 156p. ISBN 87-7011-306-4.

_____. **Geopolítica. Volume I**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. 1ª Ed. 315p. ISBN 978-85-225-0818-1

_____. **Geopolítica. Volume III**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. 1ª Ed. 421p. ISBN 978-85-225-0820-4

MENEZES, Delano Teixeira. **O Militar e o Diplomata**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997. 132p. ISBN 85-7011-220-3

PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. **Violência e Pacificação no Caribe**: tropas brasileiras em operações de paz na República Dominicana (1965-1966) e Haiti (2004 – 2005), um estudo comparado. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2015. 272 p. ISBN 978-85-7011-557-7

PEREIRA, Luis Carlos Bresser. **Estado, Estado-Nação e Formas de Intermediação Política**. São Paulo: Lua Nova, 2017. Disponível no sítio <http://dx.doi.org/10.1590/0102-155185/100>. Acessado em 27 out. 2018.

SCHWARTZMAN, Simon. **Cor ou Raça e Origem**: diversidade e identidade étnicas do Brasil. [S. l.]. [entre 2011 e 2018]. Disponível em: <https://www.monografias.com/pt/trabalhos/fora-diversidade-identidades/fora-diversidade-identidades.shtml>. Acesso em 1º nov. 2018.

SOUTO, Cíntia Vieira. **A Diplomacia do Interesse Nacional**: a política externa do governo Médici. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2013. ISBN 978-85-7011-532-4.

VENTURA, Deisy. **Política migratória brasileira é obsoleta e dificulta a vida de estrangeiros**. 2014a. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/opiniao/coluna/2014/05/03/politica-migratoria-brasileira-deixa-estrangeiros-em-situacao-precaria.htm>. Acessado em: 2 novembro de 2018.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 287 p., il. Bibliografia: p. 269-287. ISBN: 978-85-224-4999-6.

WOLOSZYN, André Luis. **Ameaças e Desafios à Segurança Humana no Século XXI**: de gangues, narcotráfico, bioterrorismo, ataques cibernéticos às armas de destruição em massa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército; Salto (SP): Schoba, 2013. 210 p. ISBN 978-85-7011-531-7.